



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

1224/2022

Senhora Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Administração Pública nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica na Estação do MOVE São Gabriel, na ave. Cristiano Machado, 5600, no bairro São Gabriel, com a finalidade de fiscalizar a estrutura do espaço no que diz respeito ao cumprimento do direito à acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, bem como o atendimento dispensado pela BHTRANS na administração do espaço.

A visita ocorrerá no dia 26 de julho de 2022, às 09:30, com ponto de encontro na ave. Cristiano Machado, 5600, no bairro São Gabriel.

A realização desta visita técnica decorre de denúncias feitas ao meu gabinete sobre as péssimas condições de acessibilidade, além de diversas questões pertinentes à precária estrutura do espaço – como elevadores com defeitos, ausência de rampas de acesso, banheiros com defeito e sem higienização – na Estação do Move São Gabriel.

Sugiro sejam convidadas:

- A Excelentíssima Sra. Maíra da Cunha Pinto Colares, Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania;
- o Sr. Thiago Alves da Costa, Subsecretário de Direito e Cidadania;
- o Excelentíssimo Sr. Josué Valadão, Secretário Municipal de Governo;
- o Excelentíssimo Sr. Diogo Prosdocimi, Presidente da BHTRANS;
- o Sr. Sílvio Higino de Rezende, Consultor Técnico Especializado na Secretaria Municipal de Governo;

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 30/06/2022
HORA: 16:55:27



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- O Sr. Marcelo de Camargos Pereira, Coordenador de Atendimento Regional Nordeste;
- o Sr. João Kerson, Presidente da Associação União das Pessoas com Deficiência – AUPD.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2022.

IRLAN
CHAVES DE
OLIVEIRA
MELO:92360
769634

Assinado de forma digital por
IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado
PF A3, cn=IRLAN CHAVES DE
OLIVEIRA MELO:92360769634
Dados: 2022.06.30 16:53:49
+03'00'

Vereador Irlan Melo

À Senhora

Vereadora Iza Lourença

Presidente da Comissão de Administração Pública



INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	30/06/2022 17:04:39 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	visita técnica - Estação São Gabriel.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	2f46726abd03026294f1bf529acfb719ed9d972c673ca6b cf4a966efd3bcb1a

▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:***607696**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

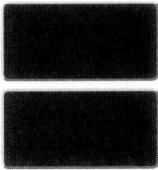
▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
04/07/22
h/600
Responsável pela distribuição



Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
1244/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão através do Secretário André Reis, o pedido de informação sobre o posicionamento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte após a aprovação da Lei 2.486/2021 que regulamenta a profissão de educação física.

1 – Qual será o posicionamento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, quanto aos profissionais que não são formados em Educação Física e estão ministrando aulas no primeiro e segundo ciclos da rede Municipal?

2 – Há previsão de abertura de novos concursos públicos para os profissionais de Educação Física?

3 – Há previsão de contratação imediata de profissionais de Educação Física?

4 - A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, cumprirá a legislação Federal?

5- Há previsão de chamamento do último concurso público que foi realizado?

Belo Horizonte, 05 de julho de 2022.

Vereador Professor Juliano Lopes
CM 10139
Juliano Lopes
Vereador
AGIR

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>514122</u>
<u>4654</u>
Responsável pela distribuição

AO VEREADOR WILSINHO DA TABU
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº
1245/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência e aos demais membros desta Comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica, combinado com Art. 48, II do Regimento Interno, que após ouvido este plenário seja encaminhado, por meio da Mesa, à Secretaria Municipal de Governo de Belo Horizonte, pedido de informações sobre a fiscalização sanitária no município.

Em vista do crescimento populacional e do número de estabelecimentos que necessitam de vistoria sanitária na cidade de Belo Horizonte, e que o último concurso ocorrido para Fiscal Sanitário com nomeação ocorreu no ano de 1999 e 2000 e a não nomeação dos atuais concursados (Concurso Edital SMSA 01/2020), pode configura um risco à saúde pública, encaminho as questão abaixo relacionada:

- 1) Atualmente, existem quantos Fiscais Sanitário Municipal e quantos Fiscais Sanitários de Nível Superior em atividade?
- 2) Quantos deles não realizam atividade de fiscalização dos estabelecimentos, por ocuparem funções comissionadas, cargos de gerência ou diretoria nas Regionais e no nível central?
- 3) Qual o déficit de profissionais na ativa no município de Belo Horizonte?
- 4) Quantos profissionais da ativa estão em processo de aposentadoria?
- 5) O concurso mais recente para a Vigilância Sanitária ocorreu no ano de 2020 (Concurso Edital SMSA 01/2020) e foi homologado em 28/04/2022. A prefeitura determinou uma ordem de priorização das convocações deste concurso, entretanto, os cargos de Fiscal Sanitário não foram contemplados na priorização. Por que isso ocorreu?
- 6) Há previsão de nomeação de novos Fiscais Sanitários? E os cargos vagos na classe de Fiscalização Sanitária serão ocupados pelos novos concursados?



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

7) Há terceirização no quadro de Fiscais Sanitários Municipais e Fiscais Sanitários de Nível Superior?

Belo Horizonte, 05 de julho de 2022

Iza Lourença
Vereadora Iza Lourença

A Exma. Senhora

Vereadora Iza Lourença

Presidenta da Comissão de Administração Pública

Proposição Inicial
Avisos distribuídos em:
517122
14654
Responsável pela distribuição



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER EM 1º TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 321/2022

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Trata-se de parecer que analisa o Projeto de Lei de nº 321/2022 de autoria da Ilustríssima Vereadora Professora Marli, que "Altera a Lei nº 9.078/05, que "Estabelece a Política da Pessoa com Deficiência para o Município de Belo Horizonte e dá outras providências." ".

Há parecer da Comissão de Legislação e Justiça pugnando pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, com apresentação de Emenda.

Houve perda de prazo pela Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor.

O projeto sob estudo veio para análise das comissões para emissão de parecer sobre o projeto, nos termos e prazos regimentais.

Despacho nomeando esse relator nos termos do regimento, datado de 22/06/2021.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Conforme relatado, o Projeto de Lei de nº 321/2022 Altera a Lei nº 9.078/05, que "Estabelece a Política da Pessoa com Deficiência para o Município de Belo Horizonte e dá outras providências."

Compete à Comissão de Administração Pública, nos termos das alíneas "g" e "l", do inciso II, do art. 52 do Regimento Interno dessa CMBH opinar sobre matérias que versem sobre: "g) *estrutura organizacional e administrativa do Executivo, incluindo as entidades da administração indireta; l) matéria referente ao direito administrativo em geral*,". E é sobre esses aspectos que emito parecer sobre o projeto.

O projeto em análise, visa promover a inclusão de políticas públicas que possibilitem a ampliação do acesso das pessoas com deficiência a espaços acadêmicos, de trabalho e outras representatividades.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A proposta de lei em análise, atenta a princípios estabelecidos no Estatuto da Pessoa com Deficiência conforme propostos no presente artigo:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>

Insta salientar, que cabe ao Poder Público atuar no combate às desigualdades, ofertar meios de acessibilidade e fomentar as políticas de inclusão, uma vez que, estes direitos estão previstos em legislação específica. Tal instrumento atenta-se quanto à operacionalização para garantir que estes direitos sejam ações afirmativas e não estratégias retóricas.

Desta forma, o projeto de lei em análise, por esta comissão, apresentou dispositivos que não apenas inovam, mas também dão condições reais para que as pessoas com deficiência possam usufruir das conquistas intituladas de medidas de inclusão.

CONCLUSÃO

Feitas essas considerações, pugno pela **aprovação** do Projeto de Lei 321/2022.

Belo Horizonte, 04 de julho de 2022.


Vereador Wilsinho da Tabu
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARECER EM 1º TURNO – PROJETO DE LEI Nº 331/ 2022 VOTO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Administração Pública, em primeiro turno, nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 331/2022, o qual *“Altera a Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte.”*

De autoria do nobre Vereador Léo, foi recebido pela presidente desta Casa, que fez a devida distribuição e encaminhamento às Comissões, nos termos do art. 52 do Regimento Interno.

Na Comissão de Legislação e Justiça foi aprovado parecer pela **constitucionalidade, legalidade e regimentalidade**.

Após, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana foi aprovado parecer pela **aprovação**.

Designado relator, na Comissão de Administração Pública, passo à fundamentação do parecer e voto, nos termos do art. 52, inciso II, “I”, do Regimento Interno.



C:\MUNICIPAL\2022\14:10:07-0000-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2. FUNDAMENTAÇÃO

A proposição em análise, acrescenta §8º ao artigo 123, da Lei 8.616, de 14 de julho de 2003, dispondo que , cada licenciado poderá indicar 2 (dois) prepostos, que poderão substituir o titular em qualquer de suas ausências e impedimentos, independentemente de comunicação prévia, respondendo solidariamente por todas as obrigações decorrentes da licença.

Na justificativa, o autor afirma que *“o presente projeto de lei propõe alteração ao Código de Posturas para ampliar as condições de trabalho dos comerciantes de alimentos em veículos, acrescentando, a possibilidade de indicação de dois prepostos pelo titular de licença para o exercício de atividade em veículo de tração humana e veículo automotor, sendo que esses poderão substituir o titular em qualquer momento.”*

A Administração Pública consiste na gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos, com a finalidade de buscar a concretização dos direitos e interesses dos cidadãos que administra, observando e respeitando princípios legais e proteção do bem estar de todos.

Neste prisma, a proposta em comento vai ao encontro da busca pela concretização dos direitos e interesses dos cidadãos ao trazer uma medida administrativa que viabiliza maior liberdade e assim maior desenvolvimento ao setor de alimentos em veículos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Deste modo, não vislumbro restrições e óbices quanto à disposição da matéria.

3. CONCLUSÃO

Pelo exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 331/2022.

Belo Horizonte, 04 de julho de 2022.



VEREADOR JUNINHO LOS HERMANOS
RELATOR



Adm.

OF. SMGO/DALE N° 482/2022

Belo Horizonte, 01/07/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.094/22** – Autoria da Vereadora Macaé Evaristo – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 3.212/22, de 15/06/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.094/22, de autoria da Vereadora Macaé Evaristo, que solicita informações sobre impedimento dos conselheiros e conselheiras do Conselho Municipal de Política Cultural - COMUC - na participação de editais do Município.

Consultada, a Procuradoria-Geral do Município manifestou-se por meio do Ofício GAB-PGM/SMGO/DALE nº 1623/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte
Gabinete da Procuradoria-Geral do Município

OFÍCIO GAB-PGM/SMGO/DALE nº 1623/2022

Belo Horizonte, 29 de junho de 2022.

Ref.: Requerimento de Comissão CMBH nº 1094/2022.

Senhor Secretário.

Com os cordiais cumprimentos, em atenção ao disposto no Requerimento de Comissão CMBH nº 1094/2022, vimos, tempestivamente, à presença de V. Ex.^a, encaminhar as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Cultura, nos termos dos documentos anexos.

Com meus melhores cumprimentos,

IZABELA BOAVENTURA CRUZ
CARVALHO:02411658656

Assinado de forma digital por IZABELA
BOAVENTURA CRUZ CARVALHO:02411658656
Dados: 2022.06.29 15:25:05 -03'00'

IZABELA BOAVENTURA CRUZ CARVALHO
PROCURADORA-GERAL INTERINA DO MUNICÍPIO

Ao Senhor
Josué Costa Valadão
Secretário Municipal
Secretaria Municipal de Governo
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Nesta Capital.



Ofício GAB-SMC /DALE-SMGO Nº 112 / 2022

Belo Horizonte, 24 de junho de 2022.

Ref. Resposta às TAG Nº 351800 e 351801, referente aos Requerimentos de Comissão Nº 1.093/2022 e 1.094/2022.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente e a fim de subsidiar resposta às TAGs Nº 351800 e 351801, Requerimentos de Comissão Nº 1.093/2022 e 1.094/2022 de autoria da Vereadora Macaé Evaristo, referente à solicitação de informação sobre impedimento dos conselheiros e conselheiras do Conselho Municipal de Política Cultural — COMUC na participação de editais do município, encaminhamos em anexo, a resposta da Diretoria de Políticas Culturais e Participação Social - DPCO da Secretaria Municipal de Cultura, por meio do Ofício DPCO-SMC / GAB-SMC / Nº 0010 / 2022

Sendo o que se apresenta no momento, despedimo-nos e ficamos à disposição.

Cordialmente,


Fabíola Moulin Mendonça
Secretária Municipal de Cultura

Ilmo. Sr.
Felipe Prates Rozenberg
Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE
Secretaria Municipal de Governo
Afonso Pena, nº 1.212 - Centro
NESTA

DPCO-SMC / GAB-SMC / Nº 0010 / 2022

Belo Horizonte, 23 de junho de 2022.

Ref.: Resposta às TAG Nº 351800 e 351801, referente aos Requerimentos de Comissão Nº 1.093/2022 e 1.094/2022

Senhora Secretária,

Com os nossos cumprimentos, e em relação às TAGs Nº 351800 e 351801 – Requerimentos de Comissão da Câmara Municipal de Belo Horizonte nº 1.093/2022 e 1.094/2022, referente a pedido de informação sobre impedimento dos conselheiros e conselheiras do Conselho Municipal de Política Cultural — COMUC na participação de editais do município, informamos a V. Sª o que se segue.

1 — Os ofícios DPCO-GAB/GAB-SMC/Nº 005/2021 e GEAAC- SMC/DPCO-SMC/Nº 003/2021 obtiveram respostas? Se sim, por meio de qual plataforma de transparência do ato administrativo e qual foi a data do retorno?

2 - Qual foi o parecer da Controladoria Geral do Município sobre o impedimento dos conselheiros e conselheiras na participação dos editais municipais? Gentileza enviar cópia do parecer em anexo.

3 — O Conselho Municipal de Política Cultural (COMUC) obteve acesso ao Parecer da Controladoria?

Informamos que o Grupo de Trabalho de Mudança da Lei COMUC/Fundo, vinculado ao COMUC foi constituído na 90ª Reunião Ordinária do COMUC, nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 9.577, de 02 de julho de 2008, regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 16.452, de 24 de outubro de 2016, nos termos do seu Regimento Interno. O referido grupo elaborou recomendação abaixo, aprovada pelos conselheiros e pelas conselheiras na 37ª Reunião Extraordinária, para subsidiar a análise da Procuradoria Geral do Município e demais instâncias necessárias.

“Recomendação Grupo de Trabalho de Mudança da Lei COMUC/Fundo

1. Apresentação

O Grupo de Trabalho de Mudança da Lei COMUC/Fundo, instituído através do Conselho Municipal de Política Cultural de Belo Horizonte (COMUC), nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 9.577, de 02 de julho de 2008, regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 16.452, de 24 de outubro de 2016, nos termos do seu Regimento Interno, **recomenda** o encaminhamento do presente **parecer** para consulta à Procuradoria Geral do Município e à Controladoria Geral do Município, com intuito de lançar mão de novos parâmetros de interpretação no que tange aos impedimentos estabelecidos pela Lei Municipal nº 11.010/2016, quanto a participação de conselheiros e conselheiras do COMUC nos Editais de fomento da Secretaria Municipal de Cultural e Fundação Municipal de Cultural

Há nos Editais vinculados ao Fundo Municipal de Cultura, a vedação de participação de “servidores públicos efetivos, empregados públicos ou aqueles que exerçam, mesmo que transitoriamente, função pública, com ou sem remuneração, vinculados à Secretaria Municipal de Cultura e à Fundação Municipal de Cultura; **membros do Conselho Municipal de Política Cultural**, da Câmara de Fomento da Cultura Municipal, do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte e membros do Conselho Curador e do Conselho Fiscal da Fundação Municipal de Cultura.”. Os referidos Editais são os que se seguem **em Andamento**: Edital LMIC 2021 Multilinguagens - Fundo | Edital BH nas Telas 2021 - Fundo | Edital LMIC 2020 | Incentivo Fiscal; Edital LMIC 2020 – Fundo; Edital BH NAS TELAS 2020 – Fundo; **Encerrados**: Edital LMIC 2017-2018 | Fundo e Incentivo Fiscal; Edital Descentra 2018; Edital LMIC 2018-2019 | Incentivo Fiscal; Edital LMIC 2018-2019 | Fundo; BH nas Telas | Fundo; BH nas Telas | FIQ Games - Etapa I; Zona Cultural Praça da Estação; BH nas Telas | Cinema e TV; BH nas Telas | FIQ Games - Etapa II; Edital Descentra 2019.

Após ampla pesquisa jurídica, este GT solicita que a atual configuração de vedação aos conselheiros da Sociedade Civil do COMUC aos editais de fomento, seja revisada pelas instâncias cabíveis. A biografia deste Conselho¹ é marcada por embates frequentes em torno da impossibilidade de que estes representantes tenham acesso aos editais. Aqui, destacamos a evasão de conselheiros eleitos e, até mesmo, a desistência de candidaturas, a qual é comentada por ex-representantes da

¹ Algumas atas de reuniões ordinárias do COMUC relatam sobre o tema:
25º Reunião Ordinária, ocorrida em 20 de Março de 2017
<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1178563>;
56ª Reunião Ordinária, ocorrida em 4 de Abril de 2017
<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1178564>;
61ª Reunião Ordinária, ocorrida em 26 Setembro de 2017:
<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1186711>;
64ª Reunião Ordinária, ocorrida em 05 de dezembro de 2017:
<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1192245>;
73ª Reunião Ordinária, ocorrida em 13 de março de 2019:
<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1233325>;
75ª Reunião Ordinária, ocorrida em 08 de maio de 2019:
<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1236698>;
77ª Reunião Ordinária, ocorrida em 03 de julho de 2019:
<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1236700>;
79ª Reunião Ordinária, ocorrida em 11 de setembro de 2019:
<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1236861>.

sociedade civil como justificativa pelo desinteresse em concorrer a um novo mandato, observável historicamente pelas cadeiras em vacância.

Este documento está embasado no interesse de garantir a existência do Conselho, sua continuidade e desenvolvimento a cada mandato, e a ocupação de todas as cadeiras de titulares e suplentes. É imprescindível que o Conselho Municipal de Política Cultural seja composto por membros atuantes, representantes de todas as regionais e setores produtivos que integram a cadeia da cultura na cidade. Concebemos que esta é a premissa básica para garantir um espaço democrático sólido para a construção e avanço de políticas públicas.

A seguir, faremos considerações importantes para a **recomendação** apresentada, demonstrando argumentos que devem ser considerados para a revisão solicitada.

2. Relato do caso

2.1 Sobre a composição diversa do COMUC

Os(as) conselheiros(as) representantes da sociedade civil são agentes culturais atuantes em suas áreas e protagonistas do cenário cultural de Belo Horizonte. Vale lembrar que o sustento dos(as) trabalhadores(as) da cultura, advém da realização de projetos e dependem das verbas oriundas de mecanismos públicos de Fomento e Incentivo à Cultura.

Desse modo, há ainda, a necessidade de um recorte menos restritivo, acerca do entendimento de conselheiro(a) enquanto agente público ou não, conforme definição atribuída pelo Direito Administrativo.

O Decreto nº 16.452 de 24 de outubro de 2016, estabelece que:

Art. 16 - Os membros do Conselho Municipal de Política Cultural terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 1º - O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Política Cultural é função considerada de relevante interesse público, caracterizando o membro como **agente particular** em colaboração com a Administração Pública.

Cabe ressaltar que, guardadas as devidas proporções de cada política, nos demais Conselhos regidos pela Lei Orgânica de Belo Horizonte, não há restrição ao Conselheiro(a) por ser um agente público.

Dessa forma, **devemos considerar:**

- O voluntariado como base do exercício das atividades de conselheiro(a) ao longo do mandato, em prol da construção de políticas públicas para o avanço do setor cultural.
- Que o Conselho Municipal de Política Cultural (COMUC) é constituído de forma paritária entre poder público e sociedade civil, a qual é contemplada por meio das nove regionais administrativas da cidade: Barreiro; Centro Sul; Leste; Nordeste; Noroeste; Norte; Oeste; Pampulha; e Venda Nova; bem como dos setoriais: Artes Visuais e Design; Cinema e Audiovisual; Circo; Cultura Alimentar e Gastronomia;

Culturas Populares Tradicionais; Culturas Populares Urbanas; Dança; Literatura, Livro e Leitura; Memória, Arquivo e Museus; Moda e Vestuário; Música; e Teatro.

2.2 Sobre a relação entre o COMUC e Câmara de Fomento à Cultura Municipal

Na pesquisa realizada, elucida-se que a justificativa de haver conflito de interesse a partir do fato do COMUC ter atribuição de aprovar ou não nomes de pareceristas para a Câmara de Fomento à Cultura, poderia ser minorado com um processo administrativo mais diligente.

Evidencia-se que a Câmara de Fomento à Cultura Municipal de Belo Horizonte está vinculada, no organograma da Secretaria Municipal de Cultura, à Diretoria de Fomento e Economia da Cultura. Nos termos da Lei Municipal nº 11.010/2016, que a instituiu, os pareceristas têm a incumbência de ***“avaliar e direcionar o benefício financeiro que será atribuído aos projetos culturais contemplados por esta lei”***. Conforme segue, a referida Lei e o Regimento Interno da Câmara de Fomento, são os instrumentos que colocam como encargo do COMUC aprovar pareceristas indicados pela Secretaria Municipal de Cultura para cadeiras da sociedade civil na Câmara:

Lei Municipal nº 11.010/2016

Art. 22. Os representantes do setor cultural serão eleitos por meio de processo público e transparente, convocado pelo órgão gestor de cultura do Município, podendo candidatar-se e votar qualquer artista, independentemente de vinculação a associação, sindicato ou similar.

Parágrafo único. Caso o processo de seleção aconteça e não sejam eleitos membros suficientes, o órgão gestor de cultura do Município **poderá** indicar representantes da sociedade civil para comporem as demais vagas, sendo tal indicação submetida à aprovação do Conselho Municipal de Política Cultural.

Regimento Interno da Câmara de Fomento à Cultura Municipal

Art. 6º - Os representantes do setor cultural (sociedade civil) serão eleitos por meio de processo público e transparente, convocado pelo órgão gestor de cultura do Município, podendo candidatar-se e votar qualquer artista, independentemente de vinculação a associação, sindicato ou similar.

§ 5º Caso o processo de seleção ocorra e não sejam eleitos membros suficientes, o órgão gestor de cultura do Município **poderá** indicar representantes do setor cultural (sociedade civil) para comporem as demais vagas, sendo tal indicação submetida à aprovação do Conselho Municipal de Política Cultural (Comuc).

§ 6º - Para efeitos de cumprimento do rito estabelecido pelo parágrafo quinto deste Artigo, caso o processo de seleção ocorra e não sejam eleitos membros suficientes, a Câmara de Fomento indicará nomes do setor cultural (sociedade civil) para o órgão gestor de cultura que, aprovando-os, submeterá à aprovação do Conselho Municipal de Política Cultural (Comuc).

Entretanto, argumenta-se e ressalta-se que, como **não cabe ao COMUC indicar membros**, apenas referendar as indicações, o conflito de interesses neste ponto poderia ser eliminado com a previsão da realização de **editais suplementares sucessivos** para o preenchimento das cadeiras da sociedade civil, garantindo assim a prevalência do interesse público sob o interesse privado. Defende-se que, dessa maneira, aqueles interessados em compor a CFCM que não tenham participado do primeiro Edital de Seleção, poderão candidatar-se nos editais suplementares, substituindo assim a possibilidade de indicação pelo Poder Público. Cabe perguntar se a adequação nesses termos da Lei Municipal nº 11.010/2016 e, conseqüentemente, do Regimento Interno da CFCM poderiam ser instituídas por Decreto Municipal, visto que a referida lei aponta a indicação pelo poder público como **possibilidade** e não como **obrigação**. Somado a este argumento, ressaltamos que o edital de credenciamento de pareceristas técnicos de projetos culturais já estipula o veto de participação de conselheiro(a) do Conselho de Política Cultural.

Vale mencionar as normativas de funcionamento de outros dois Conselhos de Políticas Públicas vinculados à Prefeitura de Belo Horizonte, sobre quem pode acessar por editais e as respectivas comissões de seleção: tanto o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte – FMDCA/BH quanto o Fundo Municipal do Idoso de Belo Horizonte – FUMID/BH têm suas comissões de seleção compostas por membros indicados dentre os conselheiros(as) com paridade entre os representantes da sociedade civil e do poder público, sem no entanto, haver vedação ao conselheiro(a) concorrer aos editais, sendo apenas restrita a participação no momento da reunião em que se discute a pertinência do projeto.

RESOLUÇÃO CMDCA/BH Nº 147/2017

Art. 32. Os integrantes das comissões de seleção serão designados pelo Plenário do CMDCA/BH e publicizados através de Comunicado no Diário Oficial do Município – DOM.

§ 1º. As comissões de seleção serão compostas por pelo menos 04 (quatro) membros indicados dentre os conselheiros, devendo, em todo caso, ser mantida a paridade entre os representantes da sociedade civil e do poder público, e garantida a presença de pelo menos 01 (um) ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente.

Art. 33. Não poderá participar da reunião da comissão de seleção, o conselheiro que:

I – mantenha ou tenha mantido, nos últimos 05 (cinco anos), qualquer tipo de relação jurídica com o órgão governamental ou com a organização da sociedade civil cuja proposta será avaliada.

II – sua atuação no processo de seleção configurar infração à ética, conflito de interesse e acesso a informação privilegiada.

§ 1º. Para fins desta Resolução, considera-se:

I – infração à ética: infrações previstas no Decreto Municipal nº 14.635/2011, que institui o Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração Municipal;

II – conflito de interesses: situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública, observado o disposto no Decreto Municipal nº 15.893, de 10 de março de 2015, que regulamenta a aplicação, no âmbito do Poder Executivo Municipal, dos dispositivos previstos na Lei Federal nº 12.813, de 16 de maio de 2013; e,

III – informação privilegiada: a que diz respeito a assuntos sigilosos ou aquela relevante ao processo de decisão no âmbito do Poder Executivo Municipal que tenha repercussão econômica ou financeira e que não seja de amplo conhecimento público.

§ 2º. Configurado o impedimento, o membro titular deverá ser imediatamente substituído pelo membro suplente da comissão de seleção, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.

§ 3º. Preferencialmente, o substituto deverá possuir qualificação equivalente a do substituído.

§ 4º. O impedimento de membro da comissão de seleção não obsta a continuidade do processo de seleção e a celebração de parceria entre a organização da sociedade civil e a municipalidade

RESOLUÇÃO CMI/BH Nº 02/2018

Capítulo II Da Comissão de Seleção

Art. 31 O CMI/BH instituirá, por meio de resolução, a Comissão de Seleção que terá como competência analisar e julgar os projetos dos órgãos governamentais e das organizações da sociedade civil a serem selecionadas por meio de chamamentos públicos.

Art. 32. Os integrantes da Comissão de Seleção serão designados pelo Plenário do CMI/BH e publicizados através de Comunicado no Diário Oficial do Município – DOM e Portal das Parcerias.

§ 1º. A Comissão de Seleção será composta por, pelo menos, quatro membros indicados dentre os conselheiros, devendo, em todo caso, ser mantida a paridade entre os representantes da sociedade civil e do poder público, e garantida a presença de pelo menos um ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente.

Art. 33. Não poderá participar da reunião da comissão de seleção o conselheiro:

I - que mantenha ou tenha mantido, nos últimos cinco anos, qualquer tipo de relação jurídica com o órgão governamental ou com a organização da sociedade civil cuja proposta será avaliada.

II – cuja atuação no processo de seleção configurar infração à ética, conflito de interesse e acesso a informação privilegiada.

2.3 Sobre a relação entre o COMUC e o Plano Bianual de Fomento à Cultura

Um dos argumentos que devem ser levados em consideração diz respeito à relação do COMUC com a Política de Fomento à Cultura. Uma vez que o Conselho somente aprova o Plano Bianual de Fomento conforme lhe é apresentado pela Diretoria de Fomento e Economia da Cultura/SMC, elaborado com base em critérios técnicos e verificação do histórico de demandas e resultados por setor. Concluímos que o Plano deve sim, ser apresentado em plenária para garantir a transparência do processo. Desta forma, sem interferência direta no processo de **elaboração** da proposta orçamentária, que o plano Bianual de Fomento institui, elimina-se a hipótese da interpretação de haver “conflitos de interesse” que possibilita algum setor específico o privilégio e/ou supremacia sobre os demais setores da cultura, na disputa democrática pelo consenso que a diversidade existente no COMUC garante.

2.4 Sobre a atuação de outros conselhos do município de Belo Horizonte.

Vale ressaltar que no âmbito municipal, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e o Conselho Municipal do Idoso – CMI, discutem e aprovam os respectivos planos orçamentários de suas políticas sem prejuízo à idoneidade e credibilidade das deliberações que ocorrem nas plenárias desses Conselhos. No entanto, as entidades e seus representantes que compõem estes conselhos, não sofrem vedação ou impedimento de participação nos editais públicos decorrentes dos planos orçamentários deliberados, pois não há entendimento de um conflito de interesses. Nas resoluções normativas desses Conselhos constam nas atribuições a gestão dos recursos dos Fundos relacionados às políticas, a saber:

RESOLUÇÃO CMDCA/BH Nº 147/2017

Art. 4º. O CMDCA/BH terá as seguintes atribuições em relação à gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte – FMDCA/BH:

I - definir as diretrizes, prioridades e critérios para fins de aplicação dos recursos do FMDCA/BH, observado o disposto no §2º do artigo 260 da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e nas demais disposições legais vigentes;

II - promover, a cada 04 (quatro) anos, no máximo, a realização e/ou atualização de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência, bem como do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente do município de Belo Horizonte;

III – aprovar as propostas a serem incluídas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA/BH, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;

IV – aprovar anualmente o plano de aplicação dos recursos do FMDCA/BH, em conformidade com as diretrizes, prioridades e critérios definidos pelo CMDCA/BH;

V – realizar chamamento público objetivando a seleção de projetos de organizações da sociedade civil para fins de concessão de Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros para o FMDCA/BH, em consonância com as disposições legais vigentes;

VI – realizar chamamento público objetivando a seleção de projetos de órgãos governamentais e de organizações da sociedade civil a serem financiados com recursos do FMDCA/BH, conforme estabelecido no plano de aplicação e em consonância com demais disposições legais vigentes;

VII – elaborar os editais para os chamamentos públicos aprovados pelo Plenário, em consonância com o estabelecido nesta Resolução, na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 16.746/2017 e demais disposições legais vigentes;

VIII – instituir, por meio de resolução, as comissões de seleção e de monitoramento e avaliação para fins de realização dos chamamentos públicos aprovados pelo Plenário;

IX – convocar os órgãos governamentais e/ou as organizações da sociedade civil selecionadas em processo de chamamento público, para a apresentação do plano de trabalho, objetivando a celebração dos termos de fomento e termos de colaboração, no caso de organizações da sociedade civil, e, convênio, no caso de órgãos governamentais;

X – elaborar os pareceres relativos à execução do objeto da parceria referentes aos termos de fomento e termos de colaboração, no caso de organizações da sociedade civil, e, aos convênios, no caso de órgãos governamentais, a ser encaminhados ao servidor designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC que será responsável pela emissão do relatório técnico de monitoramento e avaliação da execução dos convênios, dos termos de fomento e/ou dos termos de colaboração;

XI – publicizar os projetos de órgãos governamentais e/ou de organizações da sociedade civil financiados pelo FMDCA/BH;

XII – monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do FMDCA/BH, segundo critérios e meios previstos nesta resolução e demais disposições legais vigentes;

XIII – outras atribuições previstas na legislação vigente.

RESOLUÇÃO CMI/BH Nº 02/2018

Seção II - Das atribuições do CMI/BH

Art. 4º. São atribuições do Conselho Municipal do Idoso de Belo Horizonte em relação à gestão do Fundo Municipal do Idoso de Belo Horizonte – FUMID/BH:

I - definir as diretrizes, prioridades e critérios para fins de aplicação dos recursos do FUMID/BH, observados o disposto no artigo 115 da Lei Federal 10.741/2003 – Estatuto do Idoso e nas demais disposições legais vigentes.

II - promover, a cada 4 (quatro) anos, no máximo, a realização e/ou atualização de diagnósticos relativos à situação da pessoa idosa, bem como do sistema de garantia dos direitos da pessoa idosa do município de Belo Horizonte;

III – aprovar as propostas a serem incluídas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, referente ao Fundo Municipal do Idoso – FUMID/BH, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;

IV – aprovar anualmente o plano de aplicação dos recursos do FUMID/BH, em conformidade com as diretrizes, prioridades e critérios definidos pelo CMI/BH;

V - realizar chamamento público objetivando a seleção de projetos de organizações da sociedade civil para fins de concessão de Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros para o FUMID/BH, em consonância com as disposições legais vigentes;

VI – realizar chamamento público, objetivando a seleção de projetos governamentais e de organizações da sociedade civil a serem financiados com recursos do FUMID/BH conforme estabelecido no plano de aplicação e em consonância com demais disposições legais vigentes;

VII – elaborar os editais para os chamamentos públicos aprovados em Plenário em consonância com o estabelecido nesta Resolução, na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 16.746/2017 e demais disposições legais vigentes.

VIII - instituir, por meio de resolução, as comissões de seleção e de monitoramento e avaliação para fins de realização dos chamamentos públicos aprovados pelo Plenário;

IX- convocar os órgãos governamentais e/ou as organizações da sociedade civil selecionadas em processo de chamamento público, para a apresentação do plano de trabalho, bem como a documentação para fins de habilitação jurídica e técnica, objetivando a celebração dos termos de fomento e termos de colaboração, no caso de entidades não governamentais, e convênio, no caso de órgãos governamentais.

X – elaborar os pareceres relativos à execução do objeto da parceria referentes aos termos de fomento e termos de colaboração, no caso de organizações da sociedade civil, e, aos convênios, no caso de órgãos governamentais, a ser encaminhados ao servidor designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC que será responsável pela emissão do relatório técnico de monitoramento e avaliação da execução dos convênios, dos termos de fomento e/ou dos termos de colaboração;

XI – publicizar os projetos de órgãos governamentais e/ou de organizações da sociedade civil financiados pelo FUMID/BH;

XII – monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do FUMID/BH, segundo critérios e meios previstos nesta resolução e demais disposições legais vigentes;

XIII - outras atribuições previstas na legislação vigente.

3. Parecer Final

As questões trabalhadas por esse GT demonstram que a atual conformação do Conselho Municipal de Política Cultural, que tem amadurecido a participação da sociedade civil, produz um contexto mais favorável à construção de políticas públicas para a cultura. Em contrariedade, as restrições da participação dos conselheiros em editais relacionados ao Fundo Municipal de Cultura, tornaram-se um entrave no contexto atual, pois dificultam que agentes culturais da cidade, que vivenciam as necessidades de seu campo, atuem como parceiros e parceiras do poder público.

Apontamos a não interferência dos conselheiros do COMUC na Câmara de Fomento à Cultura e na seleção de projetos e que a condição de conselheiro não o beneficia em relação aos demais agentes culturais da cidade. Destacamos que a aprovação do Plano Bianual de Fomento, construído pelo poder público, é realizada de forma democrática, a partir da construção de consenso entre os conselheiros, em que cada setorial e regional da cidade possui o mesmo peso decisório. Demonstramos que outros conselhos de Belo Horizonte não vedam o acesso de seus conselheiros aos fundos de fomento de sua área de atuação, ainda que eles próprios selecionem projetos, diferentemente do COMUC. Ainda, pontuamos o desestímulo à participação da sociedade civil no conselho, na medida em que muitos agentes culturais da cidade dependem do acesso a editais públicos para desenvolverem seus trabalhos e terem fonte de renda.

Portanto, consideramos cabível que a Procuradoria Geral do Município e a Controladoria Geral do Município reavaliem a questão que aqui trazemos e recomendamos que seja retirada a vedação de participação de conselheiros do COMUC nos editais vinculados ao Fundo Municipal de Cultura.”

Após a aprovação da Recomendação, a Secretária Municipal de Cultura autorizou abertura de processo administrativo para a consulta, solicitado através do Ofício DPCO-SMC / GAB-SMC / Nº 005 / 2021, e realizou-se consulta à Controladoria Geral do Município em 28/06/2021. A resposta foi enviada em 22/07/2021 e segue em anexo. Em seguida, encaminhou-se à consulta à Procuradoria Geral do Município, que emitiu o parecer anexo em 03/02/2022, sendo enviado ao consulente em 09/02/2022.

No dia 14/02/2022 os referidos pareceres foram enviados aos conselheiros/as membros do Grupo de Trabalho de Mudança da Lei COMUC/Fundo, que não se reuniu mais ou solicitou encaminhamentos.

Na 107ª Reunião Ordinária do COMUC foi solicitado que os pareceres fossem repassados aos conselheiros/as e prontamente foram enviados.

Sendo o que se apresenta, colocamo-nos à disposição.

Cordialmente,

Maria Clara Maia
Gerente de Apoio às Ações Colegiadas
Secretaria Municipal De Cultura

À Sr.ª
Fabíola Moulin Mendonça
Secretária Municipal de Cultura



1 IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO

NOME DO AGENTE PÚBLICO
Maria Clara de Mendonça MaiaBM / MATRÍCULA
118327-1

2 OBJETO

- ☒ CONSULTA SOBRE EXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES
- ☐ PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PRIVADA

DATA
28/06/2021

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Consulta referente à possibilidade de participação de conselheiros e conselheiras do Conselho Municipal de Política Cultural de Belo Horizonte (COMUC) nos Editais de fomento da Secretaria Municipal de Cultura e Fundação Municipal de Cultura.

3 PARECER DA COMISSÃO MISTA DE AVALIAÇÃO DE SITUAÇÕES DE CONFLITO DE INTERESSES

A Comissão Mista de Avaliação de Situações de Conflitos de Interesses, no uso de suas atribuições legais (Portaria CTGM 11/2019 e Decreto Municipal nº 15.893/2015), estabeleceu situação que possa configurar conflito de interesses envolvendo ocupantes de cargo no âmbito da administração direta e indireta do executivo municipal, passa à análise do caso.

O decreto municipal considera conflito de interesses como "a situação gerada pelo confronto de interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública". O artigo 6º, incisos II, III e IV elenca as hipóteses em que se configura o referido conflito. São elas:

- II - exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe;
- III - exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;
- IV - atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Depreende-se da consulta que já existe a vedação nos Editais vinculados ao Fundo Municipal de Cultura da participação de "servidores públicos efetivos, empregados públicos ou aqueles que exerçam, mesmo que transitoriamente, função pública, com ou sem remuneração, vinculados à Secretaria Municipal de Cultura e à Fundação Municipal de Cultura; membros do Conselho Municipal de Política Cultural, da Câmara de Fomento da Cultura Municipal, do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte e membros do Conselho Curador e do Conselho Fiscal da Fundação Municipal de Cultura.

No mesmo sentido, o artigo 24 da Lei Municipal nº11.010/2016 assim dispõe:

Art. 24 - Fica vedada aos membros da Câmara de Fomento à Cultura Municipal, a seus sócios ou titulares, às suas coligadas ou controladas e a seus cônjuges, parentes ascendentes, descendentes, colaterais ou afins, até segundo grau, a apresentação de projetos e/ou propostas que visem à obtenção de recursos previstos nesta lei, enquanto durarem os seus mandatos e até 1 (um) ano após o término desses mandatos.

Veja que a consulta solicita que a atual configuração seja revisada pelas instâncias cabíveis. Sendo assim, entendo, S.M.J., que o legislador foi assertivo ao proibir a participação de membros de conselhos, de modo que o relator, com base no ordenamento jurídico vigente, nada pode fazer a não ser se manifestar no sentido de que há conflito de interesses, enquanto perdurarem as vedações constantes nos editais de licitação, bem como no ordenamento jurídico vigente.

Importante ressaltar que, nos termos do Art. 10, § 1º do referido diploma legal, não foi analisada tese ou referência a fato genérico, como a vedação aos membros de participação em editais de outros órgãos do Município, bem como questões relativas a responsabilidades legais que recaem sobre os membros do Conselho.

Cientifique o agente público interessado e eventuais órgãos interessados que V.Sa. julgar necessário, para que tomem conhecimento do inteiro teor deste parecer.

DATA
22/07/2021ASSINATURA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO Assinado de forma digital por DIEGO RODRIGUES COSTA:06235332602
Dados: 2021.07.22 11:49:41 -03'00'

DATA

ASSINATURA DO MEMBRO DA COMISSÃO

DATA

ASSINATURA DO MEMBRO DA COMISSÃO



Parecer Jurídico AJU-SMC n.º 06/2022

Processo Administrativo n.º 01-038.824/21-13

Interessada: Secretaria Municipal de Cultura

Data de emissão do parecer: 03/02/2022

Assunto: Participação de membros do COMUC em editais da Lei n.º 11.010/2016

EMENTA: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - COMUC - VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM EDITAIS DA LEI Nº 11.010/2016 - PARTICIPAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO NO CERTAME - IMPOSSIBILIDADE

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de consulta submetida a esta Assessoria Jurídica, através do processo administrativo em epígrafe, na qual a consulente solicita a análise e manifestação acerca da possibilidade de membros do Conselho Municipal de Política Cultural - COMUC se inscreverem nos editais da Lei Municipal de Incentivo à Cultura. A consulta foi encaminhada por meio eletrônico, através de processo administrativo digitalizado, e está sendo respondida pela mesma via digital.

2. O processo administrativo em análise foi instruído com a seguinte documentação: 1) Ofício DPCO-GAB/GAB-SMC/Nº 005/2021 (fls. 04); 2) Ofício GEAAC-SMC/DPCO-SMC/Nº 003/2021 (fls. 05/14); 3) E-mail (fls. 15); 4) Parecer da Comissão Mista de Avaliação de Situações de Conflito de Interesse (fls. 16).



3. Cumpre esclarecer que a presente análise versará sob o aspecto estritamente jurídico e que não iremos adentrar na conveniência e oportunidade dos atos praticados, visto que são aspectos de natureza técnico-administrativa.

4. É o relatório.

II - DA CONSULTA

5. Cuida-se de consulta jurídica solicitada pela Gerência de Apoio às Ações Colegiadas - GEAAC (SMC), a pedido do Grupo de Trabalho de Mudança da Lei COMUC/Fundo, vinculado ao COMUC, acerca da possibilidade de membros do COMUC se inscreverem nos editais da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, que por sua vez, trazem vedações e impedimentos expressos à participação de "Membros do Conselho Municipal de Política Cultural, do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, do Conselho Curador e do Conselho Fiscal da Fundação Municipal de Cultura, bem como aqueles que exerçam, mesmo que transitoriamente, função pública (com ou sem remuneração) vinculada à Secretaria Municipal de Cultura ou às suas entidades vinculadas".

6. A consulta foi encaminhada, também, para a Controladoria Geral do Município, que se manifestou às fls. 16 dos autos, através de Parecer da Comissão Mista de Avaliação de Situações de Conflito de Interesse, dispondo que "(...) o legislador foi assertivo ao proibir a participação de membros dos conselhos, de modo que o relator, com base no ordenamento jurídico vigente, nada pode fazer a não ser se manifestar no sentido de que há conflito de interesses, enquanto perdurarem as vedações constantes nos editais de licitação, bem como no ordenamento jurídico vigente".

III - FUNDAMENTAÇÃO

7. Primeiramente, cumpre apontar que a Constituição Federal preceitua no art. 37 que a Administração Pública Direta e Indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



8. Os aludidos princípios constitucionais devem nortear a atuação de todos os agentes públicos, sabendo que não cabe, no exercício da função pública, a defesa de interesses particulares ou pessoais.

9. A doutrina define o princípio da impessoalidade como sendo o princípio regra da Administração pelo qual a conduta administrativa deve ser pautada estritamente pelo interesse público, sem favorecimentos ou desmerecimentos em razão das pessoas envolvidas. Leia-se:

Nele (princípio da impessoalidade) se traduz a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimenotas. Nem favoritismos nem perseguições são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie. (...)

No texto constitucional há ainda algumas referências a aplicações concretas deste princípio (impessoalidade), como ocorre no art. 37, II, ao exigir que o ingresso em cargo, função ou emprego público depende de concurso público, exatamente para que todos possam disputar-lhes o acesso em plena igualdade. Idem, no art. 37, XXI, ao estabelecer que os contratos com a Administração direta e indireta dependerão de licitação pública que assegure igualdade de todos os concorrentes. O mesmo bem jurídico também está especificamente resguardado na exigência de licitação para permissões e concessões de serviço público (art. 175).¹

10. A moralidade, por sua vez, refere-se à necessidade de conduta proba da Administração, conforme os mais altos padrões éticos. Trata-se de regra de correção conforme os parâmetros de boa-fé objetiva, com as nuances daí decorrentes. Assim o define a doutrina:

O princípio da moralidade impõe que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta. Devem não só averiguar os critérios de conveniência, oportunidade e justiça em suas ações, mas também distinguir o que é honesto do que é desonesto.²

Como se pode perceber, o princípio da moralidade exige condutas sérias, leais, motivadas e esclarecedoras, mesmo que não previstas na lei. Constituem, pois, violação ao princípio da moralidade, a conduta adotada sem parâmetros objetivos e baseada na vontade individual do agente e o ato praticado sem a consideração da expectativa criada pela administração.

(...)

O princípio da moralidade possui, porém, uma peculiaridade. Ele funciona de modo residual. Como é por demais sabido, sempre que há exercício da atividade administrativa, deve haver observância de vários princípios, como o princípio da impessoalidade e seus corolários (neutralidade, imparcialidade, objetividade), o princípio da publicidade e transparência, o princípio da legalidade, o princípio da igualdade, e muitos outros. É plausível afirmar que quando há violação a algum desses princípios, no mais das vezes, também há infração ao princípio da moralidade. De fato, pode haver superposição de incidência. Isso não quer dizer, porém, nem que o aplicador

¹ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 13. Ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p.85.

² CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 28 ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 22.



do Direito não possa dissociar os princípios aplicáveis nem que ele não possa fazer uso do princípio da moralidade quando nenhum outro princípio possa resolver de maneira mais direta, se razões confluírem para esse uso.³

11. No campo das seleções públicas, ambos os princípios se materializam nas regras que determinam a definição de regras objetivas de escolha⁴, que impedem a preferência injustificada por marcas, que punem as dispensas e inexigibilidades sem respaldo legal e, ainda, que marcam a impossibilidade de contratação de certas pessoas.

12. A Constituição da República de 1988, em seu art. 37, inciso XXI, estabelece o princípio da obrigatoriedade de licitação para a Administração Pública:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte (Redação dada pela Emenda Constitucional no 19, de 1998)

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

13. Nos dizeres de Adilson de Abreu Dallari, ainda que não houvesse menção expressa à licitação no texto constitucional, é obrigatória a existência de um procedimento técnico-jurídico de natureza concorrencial que seja hábil para preservar a isonomia entre os agentes econômicos privados nesses atos jurídicos.⁵

14. O art. 3º da Lei nº 8.666/93 enumera os fins buscados pela licitação e indica os princípios jurídicos mais relevantes a que a licitação se subordina. Veja-se:

³ ÁVILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Revista Eletrônica de Direito do Estado. N. 4 – out/nov/dez. 2005, p. 7-8. Disponível em <http://www.direitodoestado.com.br/artigo/humberto-avila/moralidade-razoabilidade-e-eficiencia-na-atividade-administrativa> Acesso em 06 de setembro de 2021.

⁴ Ao discorrer sobre os princípios basilares das licitações públicas, Celso Antônio Bandeira de Mello assim indica: “O princípio da impessoalidade encarece a proscrição de quaisquer favoritismos ou discriminações impertinentes, sublinhado o dever de que, no procedimento licitatório, sejam todos os licitantes tratados com absoluta neutralidade. Tal princípio não é senão uma forma de designar o princípio da igualdade de todos perante a Administração. (...) O princípio da moralidade significa que o procedimento licitatório terá de se desenrolar na conformidade de padrões éticos prezáveis, o que impõe, para Administração e licitantes, um comportamento escorreito, liso, honesto, de parte a parte.” (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 13. Ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p.477-478).

⁵ DALLARI, Adilson Abreu. *Aspectos Jurídicos da Licitação*. Saraiva, 2006, p. 33.



Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**

(...)

15. Cumpre apontar que ainda que os editais em tela lançados pelo município não sejam regidos pela lei de licitações, a sua aplicação é subsidiária e os seus princípios devem ser observados. Destarte, as decisões para os casos enfrentados pela administração pública devem ser compatíveis com os princípios jurídicos ali expressos.

16. No que se refere especificamente à participação em licitações, a Lei nº 8.666/93 estabeleceu a seguinte vedação:

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

(...)

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

(...)

§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

17. Há entendimentos de que, considerando o artigo 3º da mesma lei, o citado dispositivo legal é amplo e deve reputar-se como meramente exemplificativo, englobando inúmeras situações de impedimento, bastando a configuração de influência entre licitante e órgão contratante. Conforme esclarece Marçal Justen Filho:

“Sempre que houver possibilidade de influência sobre a conduta futura da licitante, estará presente uma espécie de ‘suspeição’, provocando a incidência da vedação contida no dispositivo. A questão será enfrentada segundo o princípio da moralidade. É desnecessário um elenco exaustivo por parte da Lei. O risco de comprometimento da moralidade será suficiente para aplicação da regra.”⁶

18. É oportuno mencionar que o Estatuto do Servidor Público Municipal, Lei nº 7.169/1996, dispõe que o servidor público é proibido de:

Art. 185 - É proibido ao servidor público:

⁶ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 11 ed. São Paulo: Dialética, 2005, p. 123.



(...)

XV - fazer contratos com o Poder Público, por si ou como representante de outrem;

XVI - exercer, mesmo fora das horas de trabalho, emprego ou função em empresas, estabelecimentos ou instituições que tenham relação com o Poder Público, em matéria que se relacione com a seção em que estiver lotado;

(...)

19. Cumpre apontar que a Constituição Federal outorga à União a competência para editar normas gerais sobre licitação (art. 22, XXVII) e permite, portanto, que Estados e Municípios legislem para complementar as normas gerais e adaptá-las às suas realidades. Dentro da permissão constitucional para legislar sobre normas específicas em matéria de licitação, o Município de Belo Horizonte trata, em sua Lei Orgânica, da moralidade administrativa, princípio-guia de toda a atividade estatal, nos termos do art. 37, caput da Constituição Federal, em seu art. 42 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte que dispõe que:

Art. 42 – O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, e os servidores e empregados públicos municipais não poderão firmar contrato com o Município, subsistindo a proibição até seis meses após findas as respectivas funções.

20. A Lei Orgânica fixa de forma clara a impossibilidade de servidores públicos do Município, efetivos ou ocupantes de cargo político, em comissão ou função de confiança, contratarem com a Administração Pública, além de estender a proibição, para além dessas pessoas, também àquelas com vínculos familiares até segundo grau aos agentes políticos e servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança.

21. Note-se, ainda, que a proibição indicada pela Lei Orgânica alcança todo e qualquer tipo de contrato, e não apenas aqueles aos quais se aplica a Lei 8.666/1993, quais sejam, obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações.

22. Depreendemos da leitura desses dispositivos legais que o objetivo de tais vedações é prevenir o conflito de interesse e a violação de princípios constitucionais. A regra protege a probidade administrativa e a isonomia, afastando a possibilidade de influência ou benefício no procedimento.

23. É importante citar a Lei Federal nº 12.813, de 16 maio de 2013, que dispõe sobre conflitos de interesses no âmbito do poder executivo federal, e o Decreto Municipal nº 15.893, de 10 de março de 2015, que regulamenta os dispositivos desta lei no âmbito municipal.



24. De acordo com o Decreto Municipal nº 15.893/2015, art. 3º, considera-se:

I - conflito de interesses: a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública;

II - informação privilegiada: a que diz respeito a assuntos sigilosos ou aquela relevante ao processo de decisão no âmbito do Poder Executivo municipal que tenha repercussão econômica ou financeira e que não seja de amplo conhecimento público.

25. O mesmo Decreto preceitua no parágrafo único do art. 2º que todos os agentes públicos municipais devem agir de modo a prevenir ou a impedir possível conflito de interesses e a resguardar informação privilegiada.

26. O Decreto dispõe, ainda, sobre o Conselho de Ética Pública e a Comissão Mista, vinculadas à CTGM, cujas competências estão previstas no artigo 7º, estando dentre elas “manifestar-se sobre a existência ou não de conflito de interesse nas consultas a elas submetidas”.

27. Cumpre, também, trazer à baila o conceito de agente público.

28. A Lei Federal nº 8.429/1992 que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, considera agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei. O parágrafo único do art. 2º, com redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021, especifica que no que se refere a recursos de origem pública, sujeita-se às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente, veja-se:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. No que se refere a recursos de origem pública, sujeita-se às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo



de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

29. O Decreto Municipal nº 14.635/2011, que institui o Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração Municipal, dispõe que:

Art. 1º - Este Código de Ética estabelece os princípios e normas de conduta ética aplicáveis a todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da observância dos demais deveres e proibições legais e regulamentares.

Art. 2º - Reputa-se agente público, para os efeitos deste Código de Ética, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

III.1 - O Conselho Municipal de Política Cultural de Belo Horizonte - COMUC e a Lei n.º 11.010/2016

30. A Lei Federal nº 12.343/2010 que Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC traz dentre suas estratégias e ações:

ANEXO

(...)

1.1.1 Consolidar a implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC como instrumento de articulação, gestão, informação, formação, fomento e promoção de políticas públicas de cultura com participação e controle da sociedade civil e envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal). A implementação do Sistema Nacional de Cultura - SNC deve promover, nessas esferas, a constituição ou fortalecimento de órgãos gestores da cultura, **conselhos de política cultural**, conferências de cultura, fóruns, colegiados, sistemas setoriais de cultura, comissões intergestoras, sistemas de financiamento à cultura, planos e orçamentos participativos para a cultura, sistemas de informação e indicadores culturais e programas de formação na área da cultura. **As diretrizes da gestão cultural serão definidas por meio das respectivas Conferências e Conselhos de Política Cultural, compostos por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de membros da sociedade civil, eleitos democraticamente.** Os Órgãos Gestores devem apresentar periodicamente relatórios de gestão para avaliação nas instâncias de controle social do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

(...)

31. O rol de competências da Secretaria Municipal de Cultural está elencado no art. 44 da Lei nº 11.065/2017 que dispõe que:

Art. 44 - A Secretaria Municipal de Cultura - SMC - é órgão gestor do Sistema Municipal de Cultura, previsto no § 4º do art. 216-A da Constituição da República, e tem como competência planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Município relativas:



- I – à formulação de políticas culturais democráticas, transversais, participativas, transparentes e descentralizadas para o Município;
- II – ao pleno exercício dos direitos culturais e à democratização e universalização do acesso à cultura;
- III – à promoção da diversidade cultural e étnico-racial;
- IV – à proteção do patrimônio cultural material e imaterial;
- V – à formalização de políticas e programas para valorização dos setores artístico-culturais do Município, incluindo as manifestações das culturas populares tradicionais e urbanas, patrimoniais, indígenas e afro-brasileiras;
- VI – à coordenação da política municipal de arquivos;
- VII – VETADO
- VIII – ao fomento da pesquisa em artes, cultura e gestão cultural;
- IX – VETADO
- X – à elaboração da política municipal de arquivos;
- XI – à elaboração da política municipal de proteção do patrimônio histórico, artístico e urbano, em articulação com a política urbana do Município;
- XII – VETADO
- XIII – à formulação de políticas públicas e planejamento das atividades das Unidades Culturais do Município;

§ 1º – A SMC, no exercício de suas competências, atuará em cooperação com os demais entes federados e com os diferentes segmentos culturais na articulação dos sistemas de cultura.

§ 2º – Integram a área de competência da SMC:

- I – por suporte técnico-administrativo:
 - a) o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte - CDPCM;
 - b) o Conselho Municipal de Política Cultural – Comuc;
 - c) a Câmara de Fomento à Cultura Municipal - CFCM;
- Alínea “c” com redação dada pela Lei nº 11.163, de 1º/4/2019 (Art. 2º)
- d) VETADO
- II – por vinculação, a Fundação Municipal de Cultura – FMC.

§ 3º – Cabe à SMC gerir:

- I – o Fundo Municipal de Cultura;
- II – o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – FPFC-BH.

§ 4º – VETADO

32. A Lei nº 9.577/2008 cria o Conselho Municipal de Política Cultural de Belo Horizonte, órgão colegiado de caráter deliberativo e consultivo, vinculado à SMC, e dispõe em seu art. 2º:

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Cultura Conselho Municipal de Política Cultural:

- I - deliberar sobre as diretrizes gerais da política cultural do Município;
- (...)
- III - fiscalizar e avaliar a execução do Plano Municipal de Cultura;
- IV - fiscalizar e avaliar o cumprimento das diretrizes e dos instrumentos de financiamento da cultura criados pela Lei nº 6.498, de 29 de dezembro de 1993;
- V - apreciar e aprovar as diretrizes do Fundo de Projetos Culturais⁷;

⁷ Denominação alterada pelo art. 8º da Lei nº 11.010/2016. Veja-se: Art. 8º - Fica alterada a denominação do Fundo de Projetos Culturais, estabelecido pela Lei nº 6.498, de 29 de dezembro de 1993, para Fundo Municipal de Cultura.



(...)

33. O Decreto nº 16.452/2016, regulamentador da Lei nº 9.577/2008, dispõe sobre as competências do COMUC em seu art. 2º. Veja-se:

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Política Cultural de Belo Horizonte:

I - deliberar sobre as diretrizes gerais da política cultural do Município;

II - incentivar a participação democrática na gestão das políticas públicas da área da cultura, estimulando a organização setorial e regional em toda a cidade;

III - colaborar com a SMC e com a Fundação Municipal de Cultura – FMC – na convocação e organização das Conferências Municipais de Cultura, que deverão acontecer, ordinariamente, a cada dois anos, bem como aprovar seu regimento interno; Inciso III com redação dada pelo Decreto nº 16.886, de 10/4/2018 (Art. 2º)

IV - fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do Plano Municipal de Cultura, bem como propor medidas que concorram para o cumprimento das diretrizes nele estabelecidas;

V - fiscalizar, monitorar e avaliar a aplicação dos recursos provenientes do sistema municipal de financiamento da cultura;

VI - colaborar na elaboração bianual das diretrizes do Fundo Municipal de Cultura, bem como diligenciar pelo seu cumprimento;

VII - promover cooperação e articulação com os demais Conselhos Municipais de Políticas Públicas, bem como com outros conselhos de política cultural em âmbito municipal, estadual e nacional;

VIII - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial para o desenvolvimento cultural do Município;

IX - por decisão da maioria simples do Plenário, delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho, a deliberação e acompanhamento de matérias;

X - diligenciar pela continuidade dos projetos culturais de interesse do Município, independentemente das mudanças de governo e/ou de seus dirigentes;

XI - analisar e recomendar, regularmente, encaminhamentos sobre os seguintes temas:

a) prioridades programáticas e orçamentárias;

b) estabelecimento de termos de parceria com instituições culturais;

c) Sistemas de Cultura em âmbito municipal, estadual e nacional.

XII - colaborar para o estudo e o aperfeiçoamento da legislação sobre políticas culturais, em âmbito municipal, estadual e federal;

XIII - elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

34. Quanto à composição do Conselho, o mesmo será composto por **42 (quarenta e dois) membros titulares e seus respectivos suplentes, observada a paridade representativa entre o Poder Público Municipal e a sociedade civil**, divididos em categorias:

Art. 9º - O Conselho Municipal de Política Cultural de Belo Horizonte será composto por 42 (quarenta e dois) membros titulares e seus respectivos suplentes, observada a paridade representativa entre o Poder Público Municipal e a sociedade civil, conforme categorias a seguir:

I - vinte e um membros representantes do poder público, indicados por seus titulares, sendo:

Inciso I com redação dada pelo Decreto nº 16.886, de 10/4/2018 (Art. 5º)

a) doze membros da SMC e da FMC;

Alínea "a" com redação dada pelo Decreto nº 16.886, de 10/4/2018 (Art. 5º)



b) um membro da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania;

Alínea "b" com redação dada pelo Decreto nº 16.886, de 10/4/2018 (Art. 5º)

c) 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Educação;

d) um membro da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão;

Alínea "d" com redação dada pelo Decreto nº 16.886, de 10/4/2018 (Art. 5º)

e) 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

f) um membro da Secretaria Municipal de Política Urbana;

Alínea "f" com redação dada pelo Decreto nº 16.886, de 10/4/2018 (Art. 5º)

g) 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

h) 01 (um) membro da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S.A. - BELOTUR;

i) 01 (um) membro das Instituições Públicas de ensino superior e pesquisa, alternadamente entre Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG;

j) um membro da Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social.

Alínea "j" com redação dada pelo Decreto nº 17.039, de 21/12/2018 (Art. 19)

II - 12 (doze) membros titulares e seus respectivos suplentes, integrantes do setor cultural, eleitos pelos segmentos, assim discriminados:

a) 01 (um) representante do setor Artes visuais e Design;

b) um representante do setor Cinema e Audiovisual;

Alínea "b" com redação dada pelo Decreto nº 16.886, de 10/4/2018 (Art. 5º)

c) 01 (um) representante do setor Literatura, Livro e Leitura;

d) 01 (um) representante do setor Música;

e) 01 (um) representante do setor Teatro;

f) 01 (um) representante do setor Circo;

g) 01 (um) representante do setor Dança;

h) 01 (um) representante do setor Culturas Populares Tradicionais;

i) 01 (um) representante do setor Culturas Populares Urbanas;

j) um representante do setor Cultura Alimentar e Gastronomia;

Alínea "j" com redação dada pelo Decreto nº 16.886, de 10/4/2018 (Art. 5º)

k) 01 (um) representante do setor Moda e Vestuário;

l) 01 (um) representante do setor Memória, Arquivos e Museus.

III - 09 (nove) membros titulares e seus respectivos suplentes, representantes das regionais, eleitos pela população de cada uma das regiões administrativas do Município.

Parágrafo único – Três dos representantes da alínea "a" do inciso I serão eleitos entre os servidores efetivos da SMC e FMC, facultando-se ao Poder Executivo indicar servidores efetivos caso não haja representantes dos servidores eleitos após duas tentativas de pleito para a composição.

Parágrafo único acrescentado pelo Decreto nº 16.886, de 10/4/2018 (Art. 5º)

Art. 10 - O presidente do Conselho Municipal de Política Cultural e o respectivo suplente serão escolhidos pelo Prefeito.

Art. 11 - Os membros a que se refere o inciso II do art. 9º, denominados conselheiros setoriais, serão eleitos diretamente pelos seus pares por meio de processo eleitoral organizado pela SMC.

Caput com redação dada pelo Decreto nº 16.886, de 10/4/2018 (Art. 6º)

§ 1º - Para se candidatar à função de conselheiro setorial, o interessado deverá se inscrever em local a ser definido por edital, além de reunir os seguintes requisitos:

I - ser domiciliado na Capital;

II - contar com, no mínimo, 02 (dois) anos de comprovada atividade artística e cultural.

§ 2º - Para se cadastrar como eleitor setorial, o interessado deverá cumprir as mesmas regras dos candidatos, estabelecidas no § 1º deste artigo.



Art. 12 - Os membros a que se refere o inciso III do art. 9º, denominados conselheiros regionais, serão eleitos diretamente pela população, por meio de processo eleitoral organizado pela SMC.

Caput com redação dada pelo Decreto nº 16.886, de 10/4/2018 (Art. 7º)

35. Percebe-se, então, que os membros representantes do poder público são indicados por seus titulares (salvo os três dos doze membros da SMC e FMC que serão eleitos entre os servidores efetivos das pastas) e que os representantes da sociedade civil são eleitos por meio de processo eleitoral organizado pela SMC, sendo eleitos diretamente pelos seus pares no caso dos conselheiros setoriais, e sendo eleitos diretamente pela população no caso dos conselheiros regionais.

36. Com relação à perda de mandato, o Regimento Interno do COMUC - Resolução COMUC Nº 001/2021, publicado em 19/10/2021, estabelece em seu art. 20, como um dos motivos de perda de mandato, o Conselheiro firmar ou manter contrato ou negócio jurídico em colaboração com a Secretaria Municipal de Cultura e Fundação Municipal de Cultura: Veja-se:

Art. 20 - A perda de mandato ocorrerá a partir do início do mandato com o ato de designação do Prefeito, observado o disposto no Capítulo IX deste Regimento Interno, quando o Conselheiro ou Conselheira incorrer nas seguintes vedações:

I - firmar ou manter contrato ou negócio jurídico em colaboração com a Secretaria Municipal de Cultura e Fundação Municipal de Cultura;
(...)

37. A Lei nº 11.010, de 23 de dezembro de 2016 dispõe sobre a Política Municipal de Fomento à Cultura e dá outras providências. Os projetos e ações culturais a serem beneficiados pela referida Lei devem ser de natureza artística e cultural e promover, no âmbito do Município, o desenvolvimento cultural e artístico, o exercício dos direitos culturais e o fortalecimento da economia da cultura.

38. A legislação municipal referente ao tema consta das Lei nº 11.010/2016, Lei nº 6.498/1993, Lei nº 10.854/2015 e do Decreto nº 16.514/2016.

39. No que tange aos tipos de financiamento da Lei nº 11.010/2016, temos o Fundo Municipal de Cultura e o Incentivo Fiscal. Os recursos do Fundo Municipal de Cultura serão executados por meio de seleção de projetos, nos termos desta lei, editais de prêmios e outras



formas estabelecidas na legislação vigente. Já os projetos beneficiados pelos recursos transferidos por incentivo fiscal, instituído pela Lei nº 6.498/93, deverão ter suas diretrizes previamente estabelecidas no Plano Bianual de Financiamento à Cultura.

40. O COMUC é mencionado diversas vezes na Lei nº 11.010/2016, em função das suas competências em relação aos recursos e em relação à aprovação dos projetos, dentre outros. Veja-se:

Lei nº 11.010/2016

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, entende-se por:

(...)

III - Plano Bianual de Financiamento à Cultura: documento elaborado pelo órgão gestor de cultura do Município, que planeja a política de investimentos do Fundo Municipal de Cultura e o Incentivo Fiscal para os dois anos seguintes ao da elaboração, **devendo ser previamente aprovado pelo Conselho Municipal de Política Cultural;**

Art. 5º - As diretrizes dos desembolsos e investimentos desta lei devem ser **aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural.**

Art. 7º - O Plano Bianual de Financiamento à Cultura deverá ser discutido e **aprovado em reunião extraordinária do Conselho Municipal de Política Cultural, sendo apresentado aos membros com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.**

Art. 20 - Fica criada a Câmara de Fomento à Cultura Municipal - CFCM, vinculada ao órgão gestor de cultura do Município, de caráter paritário, composta de 6 (seis) representantes da administração pública municipal e de 6 (seis) representantes do setor cultural, e seus respectivos suplentes, com a finalidade de avaliar e direcionar os recursos financeiros que serão atribuídos aos projetos e/ou às ações culturais (...).

Art. 21 - Os membros da CFCM deverão ter comprovada idoneidade e experiência no setor cultural e terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez por igual período.

Art. 22 - Os representantes do setor cultural serão eleitos por meio de processo público e transparente, convocado pelo órgão gestor de cultura do Município, podendo candidatar-se e votar qualquer artista, independentemente de vinculação a associação, sindicato ou similar.

Parágrafo único - Caso o processo de seleção aconteça e não sejam eleitos membros suficientes, o órgão gestor de cultura do Município poderá indicar representantes da sociedade civil para comporem as demais vagas, sendo **tal indicação submetida à aprovação do Conselho Municipal de Política Cultural.**

Art. 35 - Os projetos a que se refere esta lei deverão apresentar proposta de contrapartida, entendida como a ação a ser desenvolvida pelo projeto que propicie o retorno sociocultural pelo apoio financeiro recebido, sendo que **as diretrizes deverão ser reguladas pelo Conselho Municipal de Política Cultural por meio do Plano Bianual de Financiamento à Cultura.**

Art. 37 - O órgão gestor de cultura no Município deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias da constatação de inadimplência do empreendedor, tomar as medidas administrativas com o intuito de propiciar a oportunidade de sanar a pendência.

Parágrafo único - Transcorrido o prazo previsto no caput deste artigo, caso não seja sanada a pendência, deverá ser constituído o crédito de natureza administrativa e o devido lançamento na Dívida Ativa do Município.



Art. 43 - Fica o Executivo autorizado a extinguir os créditos citados no art. 37 desta lei, decorrentes da omissão do dever de prestar contas, da rejeição das contas, ainda que parcial, inscritos ou não na Dívida Ativa, mediante dação em pagamento de serviços culturais, verificada a viabilidade econômico-financeira, a conveniência e a oportunidade, nos moldes da legislação vigente.

Parágrafo único - O Executivo estabelecerá a forma, o prazo e as condições em que se efetivará a extinção do crédito consoante o disposto no caput deste artigo, desde que:

(...)

IV - a proposta de dação apresentada pelo empreendedor seja aprovada pelo Conselho Municipal de Política Cultural;

(...)

41. Cumpre trazer à baila, também, a Lei nº 10.854/2015 que institui o Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte para o período de 2015 a 2025. O Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte é um instrumento de gestão em médio e longo prazo, no qual o poder público assume a responsabilidade de implantar políticas culturais que ultrapassem os limites de uma única gestão de governo.

42. A Lei nº 10.854/2015 estabelece que o processo de monitoramento, avaliação e acompanhamento do Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte contará com a participação do Conselho Municipal de Política Cultural, e em seu Anexo Único, dispõe que:

Art. 5º - O Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte tem como ações e estratégias:

I - reorganizar, a partir de 2016, administrativa e financeiramente, o órgão da Cultura no Município, para implantar os elementos constitutivos do Sistema Municipal de Cultura:

a) planejar e definir a estrutura administrativa do órgão gestor, incorporando os elementos constitutivos do Sistema Municipal de Cultura a partir do **Conselho Municipal de Política Cultural;**

(...)

II - implantar, até 2020, o Sistema Municipal de Cultura no Município de Belo Horizonte, com os seguintes elementos:

a) órgão gestor da Política Cultural do Município;

b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura (com Fundo de Cultura);

c) Conselho Municipal de Política Cultural;

d) Plano Municipal de Cultura;

e) Conferência Municipal de Cultura;

f) Sistemas Municipais Setoriais;

g) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais;

h) Programa Municipal de Formação na área da Cultura;

(...)

XXII - ampliar, até 2025, as ações do órgão gestor da Cultura, voltadas para o fomento de todos os setores artístico-culturais, incluindo as manifestações das culturas populares e tradicionais, patrimoniais, indígenas e afro-brasileiras, com as seguintes ações:

a) realizar editais de ocupação específicos para os artistas e grupos de cada um dos setores artísticos e culturais, em caráter permanente, com periodicidade anual, contemplando todos os espaços gerenciados pelo órgão gestor da Cultura em Belo Horizonte;



b) formular, junto ao Conselho Municipal de Política Cultural, as diretrizes para a elaboração dos editais

43. Pelo exposto, percebe-se que dentre as competências do COMUC está a atividade de avaliar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura e o cumprimento das diretrizes e dos instrumentos de financiamento da cultura criados pelas leis de fomento. Some-se a essas, as competências para aprovar o Plano Bianual de Financiamento à Cultura; apreciar e aprovar as diretrizes para o Fundo Municipal de Cultura; aprovar as diretrizes dos desembolsos e investimentos da Lei nº 11.010/2016; aprovar a indicação de membros da Câmara de Fomento à Cultura Municipal - CFCM; aprovar as propostas de prestação em pagamento apresentadas por empreendedores inadimplentes dos editais da Lei nº 11.010/2016; regular as diretrizes das contrapartidas propostas pelos projetos inscritos nos editais da Lei nº 11.010/2016; formular, junto ao órgão gestor de cultura, as diretrizes para a elaboração de editais, conforme disposto na Lei nº 10.854/2015, dentre outras.

44. Tem-se, então, a total incompatibilidade dos membros do COMUC em participar como concorrentes ou até mesmo como participantes de projetos culturais que recebam recursos do Fundo Municipal de Cultura ou do Incentivo Fiscal Municipal.

45. Os Editais da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de 2021, além de trazerem a vedação expressa de inscrição/participação dos membros do COMUC, trazem, também, a vedação para aqueles que exerçam, mesmo que transitoriamente, função pública, com ou sem remuneração, vinculados à SMC e FMC, e a vedação a ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, servidores e empregados públicos municipais.

46. Com relação à recomendação do Grupo de Trabalho do COMUC, contida às fls. 14 dos autos, de que “seja retirada a vedação de participação de conselheiros do COMUC nos editais vinculados ao Fundo Municipal de Cultura”, cumpre apontar que o COMUC é composto por membros do Poder Público Municipal e da sociedade civil, e que os impedimentos e vedações que atingem os conselheiros do COMUC, constantes dos instrumentos convocatórios da Lei nº 11.010/2016, tem o objetivo de prevenir o conflito de interesse e a violação de princípios constitucionais. A regra protege a probidade



administrativa e a isonomia, afastando a possibilidade de influência ou benefício no procedimento. A possibilidade de participação de membros do COMUC nos certames supracitados, deve ser rechaçada sob pena de prejudicar a lisura da competição.

IV – CONCLUSÃO

47. Por todo o exposto, em obediência aos princípios norteadores da Administração Pública, em especial os princípios da moralidade e da impessoalidade, opinamos pela impossibilidade de inscrição/participação de membros do COMUC em editais da Lei n.º 11.010/2016.

48. É a nossa manifestação, ressaltando o juízo de conveniência e oportunidade do Administrador, além dos aspectos técnicos, econômico-financeiros que fogem da competência desta Assessoria.

49. Salientamos ainda, que todos os documentos que tramitaram eletronicamente devem ser impressos, assinados quando for o caso, e juntados ao processo físico.

50. Feitas as considerações acima delineadas, submetemo-las à apreciação e aprovação superior.

Belo Horizonte, 3 de fevereiro de 2022.

MARIANA
FIGUEIREDO
MOREIRA DA
ROCHA
GONCALVES

Assinado de forma
digital por MARIANA
FIGUEIREDO
MOREIRA DA
ROCHA GONCALVES
Dados: 2022.02.09
16:34:01 -03'00'

Mariana Figueiredo Moreira da Rocha Gonçalves
Secretaria Municipal de Cultura
OAB/MG 87.275
BM -121.497-5

IZABELA
BOAVENTURA CRUZ
CARVALHO:0241165
8656

Assinado de forma digital
por IZABELA
BOAVENTURA CRUZ
CARVALHO:02411658656
Dados: 2022.02.09
16:52:22 -03'00'

